EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.378.496 - PR (2018/0263548-4)

RELATORA	**:**	**MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE	:	AURORA ROMAGNOLO GLATZ
EMBARGANTE	:	NARCIZO GLATZ
EMBARGANTE	:	MARIA OLINDA PEREIRA PEDROSO
EMBARGANTE	:	MARIO GLATZ
EMBARGANTE	:	MARLI DA PAZ PEZENTE
EMBARGANTE	:	MARCIA PEZENTE DA SILVA
EMBARGANTE	:	MARCIO ROGERIO PEZENTE
EMBARGANTE	:	MARIA GUILHERME BACCARIN
EMBARGANTE	:	CLAUDIA LUCIA KOVALSKI MALI
EMBARGANTE	:	DANIELE CRISTINE MALI
EMBARGANTE	:	DAIANE CRISTINA MALI
EMBARGANTE	:	DAVID CRISTIANO MALI
EMBARGANTE	:	GUERINO SANTO STURION
EMBARGANTE	:	HELTRUD TEREZA ROCCA
EMBARGANTE	:	UZALA EBSEN
EMBARGANTE	:	SIEGFRID HINRICHS
EMBARGANTE	:	CEZAR MARCUSSO
EMBARGANTE	:	EDNA MARIA MARCUSSO DE LIMA
EMBARGANTE	:	IDALINA FRANCO KIMITA
EMBARGANTE	:	JEFERSON OSVALDO KIMITA
EMBARGANTE	:	ARLETE APARECIDA KIMITA
EMBARGANTE	:	MARIA ROSEMEIDE KIMITA
EMBARGANTE	:	ZAIRA RODRIGUES RAMOS PEDRANGELO
ADVOGADO	:	ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA - PR064137
EMBARGADO	:	BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO	:	RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - PR042761

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que determinou o retorno dos autos à origem onde deverão ficar suspensos pelo prazo de 24 meses para composição das partes ou, se não for o caso, sobrestados até o julgamento da repercussão geral reconhecida nos Temas n. 264, 165, 284 e 285 do STF.

A parte embargante pede a continuidade do feito.

É o relatório. Decido.

Conforme explicitado na decisão embargada, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, com base na sistemática prevista nos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC/2015, na sessão de julgamento do dia 28 de novembro de 2018, em questão de ordem suscitada pelo Ministro Raul Araújo nos Recursos Especiais n.

1.610.789/MT e 1.361.869/SP, decidiu suspender a tramitação de **todos** os processos em curso no Superior Tribunal de Justiça sobre a cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, independentemente da fase processual em que se encontrem (conhecimento ou execução), mesmo que o recurso especial veicule matérias de cunho processual, e determinar a sua devolução às instâncias de origem.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte Embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2.º, do Código de Processo Civil).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente